

Brasil pagou dívida

ECONOMIA • 21

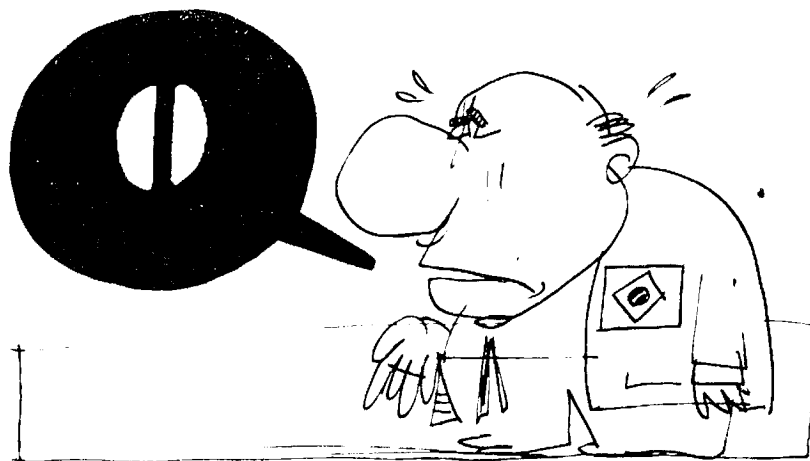
para votar na OIC

TEODOMIRO BRAGA
Correspondente

LONDRES - O Brasil saldou no início da semana sua dívida de US\$ 280 mil (Cr\$ 72,8 milhões, ao câmbio comercial) com a Organização Internacional do Café (OIC). O pagamento restabeleceu o direito de voto do país na entidade, que estava suspenso desde o dia 1 de abril, em consequência do vencimento da contribuição referente ao exercício 1990/91. A continuação do atraso comprometeria a participação brasileira na reunião da Junta Executiva da OIC.

Em julho completará dois anos sem a existência de um convênio entre produtores e consumidores de café com estabelecimentos de exportação e outras cláusulas econômicas. Desde a suspensão do acordo, o Brasil diminuiu ainda mais sua participação no mercado.

O Governo brasileiro também saldou no início dessa semana a dívida de US\$ 30.267 (Cr\$ 7,86 milhões) com a Comissão Internacional da Baleia, outra entidade onde o país também havia perdido o direito de voto por falta de pagamento das suas contribuições. O Brasil ainda permanece inadimplente junto a outras seis importantes organizações econô-



micas internacionais, entre elas a Organização Internacional do Cacau e a Organização Internacional do Açúcar, que reúnem produtores e consumidores de dois outros produtos em que o Brasil está entre os maiores produtores do Mundo.

O pagamento da anuidade à Organização Internacional do Café evitou que o Brasil participasse de uma reunião da entidade sem poder de voto pela primeira vez nos quase 30 anos da existência da OIC. A liquidação da dívida junto à Comissão Internacional da Baleia, por sua

vez, viabilizou a participação brasileira na assembleia anual da instituição, em outubro, que irá decidir sobre a continuação da proibição da caça da baleia.

Apesar dos pagamentos à Organização Internacional do Café e à Comissão Internacional da Baleia, não há indicação de que também serão liquidadas as dívidas junto às outras instituições, que somam cerca de US\$ 1 milhão (Cr\$ 260 milhões). Em algumas dessas entidades, como a Organização Internacional do Cacau, os atrasos chegam a três anos.